

[235]

A bola de gude azul

José Eli da Veiga

Valor, Quinta 26 de outubro de 2017

Já é antiga e parece inexorável a mania de se usar o termo “planeta” quando se quer fazer alusão ao meio ambiente. Um deplorável contrassenso, pois não é a integridade do abiótico corpo celeste que corre riscos com o progresso dos *Sapiens*, ao contrário do que está acontecendo com a vida. Para que o prazo de validade do gênero humano não diminua muito, o imprescindível é que seu processo civilizador passe a conservar a biota em vez de degradá-la.

Qual será, então, o motivo desse apego a tão inadequado uso da palavra planeta, quando a preocupação deve ser com a vida na Terra, ou com o finíssimo invólucro planetário que a ciência chama de biosfera? Uma pergunta que talvez só venha a ser bem respondida por pesquisas em psicologia social, mas para a qual pode-se avançar, a título de resposta, razoável suposição.

Dois decênios depois do forte impacto da inédita imagem feita em 1972 pela Apollo 17 - apelidada de bolinha de gude azul (*blue marble*) - teve espetacular sucesso na pedagogia sobre desenvolvimento sustentável dirigida à esfera empresarial o discurso de que as firmas não deveriam focar apenas em lucro, mas também nas pessoas e no meio ambiente. Uma mensagem que foi facilmente memorizada pelo uso de três vocábulos que em inglês começam pela letra “p”: *profit*, *people* e *planet*. Essa fórmula dos “três pilares”, que logo virou “o tripé da sustentabilidade”, não teria ficado nada atraente se seu genial criador, John Elkington, houvesse optado pelo rigor e usado o termo *Earth*.

A posterior mistificação causada por esse dito “tripé” não poderia ter sido prevista por Elkington, pois só ficou patente depois de extrapolado para o âmbito da sociedade com a ladainha das “três dimensões” do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Como se inexistisse, por exemplo, uma dimensão política. Tolice que felizmente foi corrigida pela Agenda 2030, com seus dezessete objetivos (ODS) absolutamente irreduzíveis às três confortáveis gavetinhas do discurso corporativo. Em qual delas enfiar o penúltimo, sobre “paz e justiça”? Uma das dúvidas que gerou versão bem melhorada com cinco pês: paz, pessoas, planeta, parcerias e prosperidade.

Há, contudo, um problema muito mais grave nesse generalizado uso do termo “planeta” em detrimento de ênfase para a “vida”. É que também ajuda a eludir crucial “DR” científica: a discussão sobre o relacionamento entre a vida e o único lugar até agora conhecido em que ela vingou, a Terra.

Há três proposições bem fundamentadas, das quais a mais em voga é a hipótese Gaia, que concebe a Terra como um sistema que se autorregula e dotado de um claro objetivo: a manutenção do equilíbrio de condições de superfície que sejam as mais favoráveis à vida. Formulada desde o início dos anos 1970 por

James Lovelock e Lynn Margulis (falecida em 2011), essa conjectura teve um processo de desenvolvimento tão conturbado que muitos de seus atuais adeptos talvez nem percebam que podem estar usando alguma das versões que foram ficando obsoletas conforme iam surgindo novas respostas aos argumentos anti-Gaia. É o que sugere a leitura do balanço proposto sob os prismas biológico e geológico no livro *Gaia: de mito a ciência* (Editora Senac-SP, 2012).

Já as duas interpretações concorrentes continuam quase desconhecidas (especialmente em português), embora devessem merecer a máxima atenção da parte de professores de ciência do ensino médio e de docentes de cursos universitários de ciências naturais e de sustentabilidade.

A mais chamativa, por também evocar a mitologia grega, foi sistematizada pelo paleontólogo Peter Ward, da Universidade de Washington, no livro *The Medea Hypothesis* (Princeton, 2009). Com base nos indícios das diversas extinções em massa provocadas por alterações da atmosfera, prefere pensar que a vida esteja em permanente e duríssima luta para ultrapassar constantes mudanças do ambiente. Ward vira do avesso a suposição de que tudo se autorregule com o objetivo de manter o equilíbrio que seja mais conveniente à vida.

Mas também se consolidou um pensamento livre desse finalismo comum às metafóricas hipóteses Gaia e Medéia. Os que descartam a possível existência de um sistema dotado de alguma finalidade (seja ela harmônica ou beligerante), se apoiam essencialmente na teoria da “coevolução”, sem que possam se valer de algum outro mito que ajude na estratégia de comunicação.

A principal diferença é que não há na terceira hipótese qualquer alusão a eventual resultado (*outcome*) da interação entre a vida e o planeta Terra. Ela nega que essa interação possa ter algum propósito, seja no sentido de sistema dotado de objetivo equilibrador, ou de enfrentamento em busca de permanência. Talvez por isso mesmo não tenha comparável charme, muito embora seja a mais coerente com o materialismo darwiniano. E uma ótima exposição dessa terceira maneira de enxergar a bola de gude azul está no livro *On Gaia: A Critical Investigation of the Relationship between Life and Earth*, do oceanógrafo Toby Tyrrell (Princeton U. P., 2013).

José Eli da Veiga tornou-se professor sênior do IEE/USP (Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo) após trinta anos de docência no Departamento de Economia da FEA/USP (1983-2012). Mantém dois sites: www.zeeli.pro.br e www.sustentaculos.pro.br